

24 horas

Conselho da Revolução e Partidos na RTP

MEMBROS DO CONSELHO DE REVOLUÇÃO e representantes dos partidos políticos da coligação devem aparecer hoje à noite na Televisão, num programa especial que a RTP transmitirá a seguir ao Teleguide das 20.30 horas.

Esta decisão, de realização de um Programa televisivo conjunto, terá sido tomada no decurso de reuniões que, durante a semana que hoje termina, se efectuaram entre representantes do PS, do PPD, do PC e do MDP e elementos do Cons. da Revolução. Nestas reuniões, diversos problemas foram abordados, entre os quais o das dissensões partidárias. Na verdade, pouco mais de duas semanas decorridas sobre a data das eleições, o contencioso entre os partidos tem vindo a agravar-se, com as tensões entre o PCP e o PS, a renitência do PCP em dialogar com o PPD e as dúvidas sobre a força política do MDP/CDE.

Por outro lado, a batalha da produção, tão acentuada pelo Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e o agravamento do surto grevista, assuntos também largamente debatidos entre os partidos e o C. de Revolução, aconselham o reforço da unidade dos partidos políticos da coligação. Indo de encontro a este objectivo, a ida à televisão dos quatro ministros sem pasta, pode vir a ser um clima político português. A sugestão surgiu logo na reunião de 4.ª feira, mas só na quinta-feira os ministros presentes concordaram com a sua concretização.

Relações entre o P.C.P. e uma facção do P.C.E.

Segundo círculos bem informados, Álvaro Cunhal teria encontrado, em Santarém, Santiago Hernandez, líder de uma facção dissidente do P.C. Espanhol que disputa a Santiago Carrillo a chefia do P.C.E. O encontro insere-se nas boas relações do P.C.P. com aquela facção, mais marcadamente pró-soviética.

Tenente Judas na Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS

O TENENTE Miguel Judas, membro do Conselho da Revolução, vai ser nomeado superintendente da Comissão de Extinção da ex-Pide/DGS, em representação do almirante Rosa Coutinho.

Assembleia Constituinte reúne a 2 de Junho

A ASSEMBLEIA constituinte está convocada para o dia 2 de Junho, de acordo com o decreto já enviado para publicação oficial.

Aprovado CCT da indústria hoteleira

ONTEM ao fim da tarde, no Ministério do Trabalho, terminaram por acordo de ambas as partes as negociações entre o Grémio e o Sindicato da Indústria Hoteleira.

No plenário ontem realizado no Coliseu dos Recreios a classe tinha tomado conhecimento de que já haviam sido aprovadas diversas cláusulas do CCT. Com a resolução deste conflito termina um processo que teve como conseqüências várias paralizações de trabalho durante a passada semana.

Alemães não abandonam Beja

«As Forças Armadas da República Federal da Alemanha não tencionam abandonar a base de Beja. Só oportunamente se poderá decidir sobre quais as medidas a tomar quando expirar a convenção».

Esta é uma declaração oficial do Ministério da Defesa Alemão, transmitida, ontem, por intermédio da Embaixada da República Federal da Alemanha, a propósito de uma notícia de sinal contrário publicada na imprensa.

Candidato do CDS detido no Funchal

UM CANDIDATO a deputado pelo CDS às últimas eleições pelo círculo do Funchal e outro indivíduo ligado ao mesmo partido foram ontem detidos de madrugada naquela cidade, pelas Forças Armadas, quando se encontravam a pintar «tagarelas» a favor da independência da ilha. Outras detenções, embora não confirmadas, parecem indicar que as autoridades militares terão iniciado, depois de um longo período de hesitações e inacção, o ataque às forças reacionárias locais que, em ligação com meios aorianos e continentais, pretendem criar um clima de instabilidade política nas ilhas portuguesas do Atlântico. Estas actividades inserem-se, em seu lado, numa conspiração mais ampla, em conexão com os interesses imperialistas, num plano de grande importância do ponto de vista estratégico (eixo Washington-Lajes-Porto Santo).

Como sintoma do recrudescimento das manobras separatistas, assinala-se o facto de nos últimos dias as paredes do Funchal terem aparecido pintadas com «tagarelas» vinculadas chauvinistas a favor da independência da ilha. Frases do tipo «Fora com os portugueses» são características desta campanha.

Confirmada a saída da direcção da Emissora Nacional

ENCONTRA-SE confirmada a saída da actual direcção da Emissora Nacional. Conforme o EXPRESSO tinha noticiado, o Presidente da Direcção Calvo Borges anunciou há cerca de semana e meia o seu pedido de demissão, genericamente apresentado desde Fevereiro passado. Na medida em que a equipa directiva, constituída por 4 elementos, fora nomeada em termos colegiais, toda ela se achou portanto demissionária.

Na sequência dos pedidos de demissão verificaram-se contactos com o Ministério da Comunicação Social e até com membros do Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que se chegou a pôr a hipótese de não ir por diante a demissão. No entanto, os demissionários insistiram nos seus propósitos pelo que se cessará brevemente a sua substituição.

A «AUTONOMIA» DO EMISSOR DO NORTE

Ao mesmo tempo que se verificava esta situação, suscitava-se um movimento no emissor do Norte da Emissora Nacional de sentido autonomista. Esta tendência foi paralela à ocorrida no emissor do Norte da Rádio Renascença. As razões explicativas parece terem sido umas de natureza política, outras de natureza técnica. As primeiras avultaram a diferente composição política do pessoal daqueles emissores, relativamente a Lisboa, bem como as diferenças políticas do próprio contexto local. Paralelamente, teria sido invocada a situação técnica de relativo

Conselho de Ministros prepara medidas de austeridade

NO CONSELHO de ministros, ontem em São Bento, que começou uma hora mais tarde que o previsto, foi discutida uma informação do ministro da Indústria e Tecnologia sobre a Refinaria de Sines e os problemas suscitados pela sua deficiente programação no contexto de um plano global do sector petrolífero nacional.

Dada a irreversibilidade do projecto, o Conselho apreciou as disposições a tomar no sentido de minimizar os custos colectivos decorrentes da existência dos já referidos problemas.

Entre outros assuntos, é de diplomacia a aprovação dum diploma que permite o levantamento de depósitos a prazo antes do seu termo, sem emissão de livranças. Nos casos de depósitos constituídos em nome de emigrantes portugueses e em nome de pessoas singulares residentes no Continente e ilhas desde que neste caso os depósitos não sejam superiores a cem contos.

Naõ foi ainda discutido, como tudo levava a crer viesse a ser hoje, o congelamento dos salários superiores a 12000000 até Dezembro deste ano e a actualização do salário mínimo para 4000000, medidas aliás já anunciadas pelo ministro do Trabalho. A fixação do rendimento máximo por pessoa é outro tema que deverá ser em breve discutido. Recordar-se a polémica levantada à volta deste assunto sobre o qual, ao que parece, duas vezes vêm sendo defendidas, uma pelos militares que propõem um rendimento máximo de cerca de 500 contos por ano e a outra apoiada pela maioria dos civis do Governo

que argumenta com a partida de quadros para o estrangeiro e com a possibilidade de se impôr um sistema fiscal justo, pretendiam um rendimento anual de montante mais elevado.

Neste momento parece ter maior força a tese militar prevendo-se que virá a ser discutida a fixação do rendimento fixo mensal de 4800000 por indivíduo.

Um outro assunto a ventilar é o que se prende com a fixação de despesas de viagem em turismo para o estrangeiro. Pensa-se que esse limite será fixado em 20 000000 por ano e por indivíduo sempre que o período de viagem for superior a três dias. Destes 20 000000 só poderá cada viajante levar 2500000 em moeda nacional sendo os restantes 17 500000 em moeda estrangeira.

Banca selecciona crédito a importações e consumo

FORAM distribuídas à banca comercial, e encontram-se a ser aplicadas desde já há cerca de quinze dias, diversas normas selectivas da concessão de crédito à importação e ao consumo, implicando importantes repercussões sobre largos sectores da actividade económica nacional e cuja proveniência tentámos apurar junto das instâncias governamentais competentes, não tendo obtido qualquer indicação concreta, por se tratar de matéria de sigilo bancário, segundo nos foi alegado.

No que toca às medidas de selectividade do crédito às importações de importação são definidas percentagens máximas de financiamento para as matérias-primas, equipamentos e bens de consumo com carácter colectivo (80%) para os bens de consumo considerados «semi-essenciais» (40 a 60%), determinando-se que não devem ser financiadas importações de produtos considerados não essenciais.

A determinação do grau de essencialidade dos produtos faz-se através de três listas de posições pautais que acompanham em anexo as referidas normas. Como «bens não essenciais», «essenciais» ou «semi-essenciais» em relação aos quais a capacidade produtiva nacional é suficiente para satisfazer a procura interna encontram-se listados entre outros alguns artigos de tapeçaria, joalheria e ourivesaria, fogões, fogareiros e outros artigos de ferro fundido ou de cobre, auto-tanques, camionetas para transporte de lixo, binóculos, máquinas fotográficas e de projecção, instrumentos de cosmografia e astronomia, relógios de diversos géneros, gravadores de som e de imagem, giradiscos, mobilias e móveis de madeira, ferro ou aço, objectos de arte, labirintos, vestuário de borracha, couros diversos, mercadoria

médica, obras de cesteria, louças e vidros para uso doméstico ou de tocador, objectos diversos para uso doméstico de ferro, cobre ou alumínio, estanhos diversificados, talheres, estatuetas, candeleros e lustres de metal, materiais para modelação, bonecas, brinquedos diversos, jogos e enteses vários, acendedor, isqueiros e pulverizadores, velas, cirios, pavios, calendários, impressos não específicos, etc.

Uma segunda lista refere-se a produtos semi-essenciais ou em relação aos quais a produção nacional ou não existe ou é insuficiente, e engloba entre outros os seguintes produtos: corliferros, fogões, máquinas de refrigeração, aquecedores, máquinas de lavar a louça, aparelhos para aquecimento de casa, ferros-de-enganhar e fogareiros eléctricos, objectos de vidro com baixo coeficiente de dilatação, e objectos de alumínio para higiene, etc.

A terceira e última lista respeitava aos bens essenciais em que a produção nacional ou não existe ou é insuficiente: objectos de higiene em ferro ou aço, laminado ou forjado, moedores de café, máquinas de picar carne, passadores e outros aparelhos mecânicos de uso doméstico empregados para preparar, acondicionar ou servir alimentos e bebidas, etc.

Crédito ao consumo: vendas a prestações.

As instruções bancárias disseminadas pela banca comercial no que toca ao crédito ao consumo referem-se ao crédito pessoal directo (vedado à excepção do destinado à aquisição de habitação própria, através de hipoteca) e do pequeno crédito individual concedido nos meios rurais considerados «semi-essenciais» (bens não essenciais)», ao destinado a financiar a venda de andares, as vendas a prestações de automóveis ligeiros e de passageiros (já divulgadas), de veículos de carga e outro equipamento de transportes comerciais, industrial e agrícola, motorizados e a motos, electrodomésticos e material electrónico de uso doméstico, e mobiliário.

As normas contêm ainda disposições relativas ao financiamento de vendas dos industriais de bens de consumo, mobiliário e agrícola, e de vendas dos importadores e armazenistas de material electrodoméstico aos retalhistas, medidas estas que se acrescentam às já selectivas do crédito à importação, pela dentro dos quais os artigos de mobiliário são particularmente selectivamente de crédito que, após as agências bancárias os terem posto ao par destas medidas, se mostram inquietos perante as repercussões futuras das mesmas sobre o normal exercício da sua actividade, tanto mais que algumas delas, no domínio da importação, comem para ser aplicadas sem qualquer aviso prévio, tendo colhido de surpresa os interessados e complicado diversas transacções que se encontravam em estado por vezes adiantado de concretização.

de custo da habitação social.

Quando à venda a prestações de veículos de transporte comercial, industrial ou agrícola, a entrada deve ser igual ou superior a 10% (o contrato deve ser apresentado) e o número de prestações de igual montante não deve ultrapassar as 36; no caso dos veículos para fins agrícolas este último princípio poderá não ser aplicado, devendo merecer da banca especial atenção as características dos ciclos produtivos do sector, sem que no entanto os prazos de descontos ultrapassem os três anos.

Para as motorizadas a entrada mínima deve ser de um terço do seu valor, e para as motos de pelo menos 50%, devendo o restante ser pago em 12 prestações mensais iguais. (Se se tratar de unidades para fins económicos a entrada é de 10% e o número máximo de prestações de 24).

As vendas de electrodomésticos, material electrónico de uso doméstico e mobiliário ficam sujeitas também à regra de não financiamento de mais de 12 prestações iguais e mensais, devendo a primeira vencer-se obrigatoriamente dentro do primeiro mês do contrato. Como curiosidade nota-se a indicação de que deve ser evitado tanto quanto possível o desconto de empossos.

O financiamento das vendas dos industriais de mobiliário aos comerciantes ficam sujeitos à norma de desconto do máximo de 12 letras iguais e mensais. Quanto às vendas dos importadores e armazenistas de material electrodoméstico aos retalhistas a norma é a de descontar efeitos ao prazo máximo de seis meses, devendo dificultar-se as reformas.

Para além do sector da comercialização de automóveis ligeiros de passageiros, existem já alguns outros sectores ligados à importação, distribuição e venda de rebolhos dos artigos sobre os quais incidem estas medidas selectivas de crédito que, após as agências bancárias os terem posto ao par destas medidas, se mostram inquietos perante as repercussões futuras das mesmas sobre o normal exercício da sua actividade, tanto mais que algumas delas, no domínio da importação, comem para ser aplicadas sem qualquer aviso prévio, tendo colhido de surpresa os interessados e complicado diversas transacções que se encontravam em estado por vezes adiantado de concretização.

Inquérito EXPRESSO Que transportes públicos teremos

Pag. 14

As eleições no Norte e no Sul: uma interpretação de Fernando Belo

Pag. 17



Entrevista com Aquino de Bragança: 2 projectos de descolonização

MFA com os Movimentos de Libertação e Spinola com Champalimaud e outros

Pags. 18 e 19

A cooperação cultural entre Portugal e os outros países: o que mudou e o que está na mesma

Pág. 1

Conhecidos nomes revelados por prisioneiros em Moçambique

(portugueses e estrangeiros)

a fim de poderem recomençar o diálogo, de consciência limpa, como interlocutores válidos. Gomes dos Santos e Grilo estão tão convencidos de que as tropas portuguesas se não bateriam, que aquele diz, a chorar, no rádio: «fomos traidores». E Spínola — acrescentou, segundo Uría Simango, que cada qual fizesse o que quisesse, que ele ajudaria no que pudesse. É de assinalar também que Samora Machel, perante as notícias chegadas de Moçambique a Lusaca, onde havia acabado de ser assinado o acordo, telefonava pessoalmente a Spínola o qual não responde ao apelo feito pelo líder da Frelimo para pôr fim aquela situação de descontrolado em Lourenço Marques. Responde, sim, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, comprometendo-se a acabar com o estado de insurreição, secundado por Costa Gomes, então chefe do Estado-Maior. Estamos, todos, ainda lembrados da vengança com que Vasco Gonçalves reagiu ao que apelou de obra de «bandoleiros».

Continua pág. 16

Projecto de lei da Televisão: Estado não reembolsa emissoras accionistas

ENCONTRA-SE em adiantada fase elaborada a nova Lei da Televisão. A nova lei, segundo o último projecto conhecido rescinde o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a RTP — Rádio Televisão Portuguesa, S.A.R.L., em 16 de Janeiro de 1956, cessando também os efeitos dos contratos celebrados pela concessionária e as emissoras particulares de rádio suas accionistas. Embora na concessão se previu que as empresas da radiodifusão sonora accionistas da RTP seriam reembolsadas o seu capital (com um pré-

miõ adicional no caso de rescisão), Lei entende que tal não pode ser permitido. Assim, as referidas empresas, pelo projecto, não receberão do Estado, nem directa nem indirectamente, quaisquer importâncias sem uma prévia averiguação do que embolsaram em prejuízo do mesmo Estado. Aliás, está já provado que foram auvitados os lucros recebidos pelas emissoras privadas, que totalizaram em 19 anos quase de 700% da quantia a reembolsar. Só para dar alguns exemplos, o Rádio Clube Português para um capital de 9 260 000000, recebeu de

59 a 73 60 790 109540; a Rádio Renascença para a 000000 de capital recebeu, no mesmo período, 30 394 054560; o Emissor do Norte Reunidos para 2 310 000800 de capital receberam 15 164 703930.

Portanto os accionistas privados da RTP, além dos dividendos, receberam lucros líquidos, que em 1973 quase atingiram o 100%, sem terem feito qualquer investimento.

Entretanto, o Estado, com 60% do capital social, entregou até 1968 o seu investimento, as percentagens das taxas de radiodifusão e prescindiu de

qualquer participação nos lucros de publicidade.

Empresa Pública Autónoma

A Lei prevê que seja criada uma empresa pública autónoma, denominada «Radiotelevisão Portuguesa, e. p.», tendo como órgão essencial a Assembleia da Televisão, em que estarão representadas as diversas forças políticas, sociais e económicas com poderes para definir anualmente os planos de desenvolvimento da empresa e as linhas gerais do programa.

saral, característica do sector privado, embora atendendo às normas contabilísticas públicas. Até 1980 luas após a cessação de funções do Governo Provisório, vigorará um regime transitório, segundo o qual a Televisão continuará ainda sob a gestão directa do Governo, que exercerá as atribuições da Assembleia, em particular quanto à nomeação da comissão do programa. A maioria dos administradores, neste período, será de livre nomeação e demissão ministerial, tal como serão os membros correspondentes do Conselho Fiscal.

TISSONIC
um relógio electrónico
TISSOT

TISSOT
o relógio que conquistou o mundo inteiro



Conselho da Revolução e Partidos na RTP

MEMBROS DO CONSELHO DE REVOLUÇÃO e representantes dos partidos políticos da coligação devem aparecer hoje à noite na Televisão, num programa especial que a RTP transmitirá a seguir ao Telejornal das 20.30 horas.

Esta decisão, de realização de um Programa televisivo conjunto, terá sido tomada no decurso de reuniões que, durante a semana que hoje termina, se efectuaram entre representantes do PS, do PPD, do PC e do MDP e elementos do Cons. da Revolução. Nestas reuniões, diversos problemas foram abordados, entre os quais o das dissensões partidárias. Na verdade, pouco mais de duas semanas decorridas sobre a data das eleições, o contencioso entre os partidos tem vindo a agravar-se, com as tensões entre o PCP e o PS, a renitência do PCP em dialogar com o PPD e as dúvidas sobre a força política do MDP/CDE.

Por outro lado, a batalha da produção, tão acentuada pelo Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e o agravamento do surto grevista, assuntos também largamente debatidos entre os partidos e o C. de Revolução, aconselham o reforço da unidade dos partidos políticos da coligação. Indo de encontro a este objectivo, a ida à televisão dos quatro ministros sem pasta, pode vir a serenar o clima político português. A sugestão surgiu logo na reunião de 4.ª feira, mas só na quinta-feira os ministros presentes concordaram com a sua concretização.

Relações entre o P.C.P. e uma facção do P.C.E.

Segundo círculos bem informados, Álvaro Cunhal teria encontrado, em Santarém, Santiago Hernandez, «líder» de uma facção dissidente do P.C. Espanhol que disputa a Santiago Carrillo a chefia do P.C.E. O encontro inscrever-se-ia nas boas relações do P.C.P. com aquela facção, mais marcadamente pró-soviética.

Tenente Judas na Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS

O TENENTE Miguel Judas, membro do Conselho da Revolução, vai ser nomeado superintendente da Comissão de Extinção da ex-Pide/DGS, em representação do almirante Rosa Coutinho.

Assembleia Constituinte reúne a 2 de Junho

A ASSEMBLEIA constituinte está convocada para o dia 2 de Junho, de acordo com o decreto já enviado para publicação oficial.

Aprovado CCT da indústria hoteleira

ONTEM ao fim da tarde, no Ministério do Trabalho, terminaram por acordo de ambas as partes as negociações entre o Grémio e o Sindicato da Indústria Hoteleira.

No plenário ontem realizado no Coliseu dos Recreios a classe tinha tomado conhecimento de que já haviam sido aprovadas diversas cláusulas do C.C.T. Com a resolução deste conflito termina um processo que teve como consequências várias paralizações de trabalho durante a passada semana.

Alemães não abandonam Beja

«As Forças Armadas da República Federal da Alemanha não tencionam abandonar a base de Beja. Só oportunamente se poderá decidir sobre quais as medidas a tomar quando expirar a convenção».

Esta é uma declaração oficial do Ministério da Defesa Alemão, transmitida, ontem, por intermédio da Embaixada da República Federal da Alemanha, a propósito de uma notícia de sinal contrário publicada na Imprensa.

Candidato do CDS detido no Funchal

UM CANDIDATO a deputado pelo CDS às últimas eleições pelo círculo do Funchal e outro indivíduo ligado ao mesmo partido foram ontem detidos de madrugada naquela cidade, pelas Forças Armadas, quando se encontravam a pintar «slogans» a favor da independência da ilha. Outras detenções, embora não confirmadas, parecem indicar que as autoridades madeirenses terão iniciado, depois de um longo período de hesitações e inacção, o ataque às forças reacçãoárias locais que, em ligação com meios açorianos e continentais, pretendem criar um clima de instabilidade política nas ilhas portuguesas do Atlântico. Estas actividades inserir-se-iam, por seu lado, numa conspiração mais ampla, em conexão com os interesses imperialistas, numa área considerada de grande importância do ponto de vista estratégico (eixo Wash-ington-Lajes-Porto Santo).

Como sintoma do recrudescimento das manobras separatistas, assinala-se o facto de nos últimos dias as paredes do Funchal terem aparecido pintadas com «slogans» vincadamente chauvinistas a favor da independência da ilha. Frases do tipo «Fora com os portugueses» são características desta campanha.

Semana Nacional

Criar escolas de jornalismo

TENCIONAMOS desenvolver uma democracia socialista própria não modelada nem pelo socialismo comunista nem pelo do ocidente europeu, afirmou o Ministro da Comunicação Social, a jornalistas americanos, durante uma conferência de imprensa realizada em Washington.

O ministro Correia Jesuino, que se encontra em visita oficial aos Estados Unidos, sublinhou que os militares portugueses consideram a imprensa como um contra poder livre que deve criticar a política governativa. Afirmou ainda, no decorrer da sessão, que a imprensa portuguesa não é muito variada e esteve submetida à censura durante longo tempo, acrescentando que o objectivo da sua visita é precisamente o de colher elementos junto das escolas de jornalismo americanas, que permitam contribuir para a criação de estabelecimentos semelhantes no nosso país.

Por um exército democrático e revolucionário

"É DA UNIDADE e coesão das Forças Armadas, transcrevemos de "A Capital" que depende, em grande medida, a defesa das conquistas do povo e da revolução", escreve em artigo intitulado "Por Um Exército Democrático e Revolucionário", citado pela agência ANI, no número 1 de "Exército Novo", publicação do Gabinete de Dinamização do Exército.

"A prática democrática dentro de um novo Exército deverá ser entendida como a participação activa e consciente nas tarefas que aos militares forem pedidas ao serviço da Nação. Mas a democracia não pode ameaçar a coesão das Forças Armadas nem no seio destas se pode instalar a prática partidária. Por outro lado ainda, num Exército democrático, os conceitos de hierarquia e disciplina—ainda que entendidos de um novo modo — continuam a desempenhar papel determinante", lê-se ainda no mesmo artigo.

O "Exército Novo" é uma publicação de grande formato, com duas páginas impressas apenas de um lado a "off-set", destinado a ser utilizado como jornal de parede nas unidades e estabelecimentos militares.

Vitor Alves nomeado embaixador externo

UM DECRETO—LEI do Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeou, para o cargo de embaixador dos Serviços Externos, o major Vitor Alves, membro do Conselho de Revolução e ministro sem pasta do anterior governo provisório.

O cargo agora criado corresponde à necessidade de estreitar relações com numerosos países que apoiam o processo revolucionário português, como se inscreve no preâmbulo do documento, recorrendo para isso as funções normais do MNE e a missões diplomáticas extraordinárias.

ci do a Washington

DOR americano em Portugal, Frank Carlucci, o capital do seu país para tomar parte numa reunião com Kissinger e com representantes do Departamento encarregados da análise da situação

ação do secretário de Estado Henry Kissinger da revolução em Portugal que o deixa pessimista, segundo afirma, a encarar alternativas para o país não oferecer garantias de confiança à revolução. A maior preocupação, para já, é a base da revolução, tendo-se a nossa posição no seio da Nato.

SP-MDP/CDE tem unificação

DADE de fusão dos partidos MES, FSP e MDP tem sido objecto de especulações diversas. A unificação em um partido socialista foi desmentida por declarações formais de representantes daqueles agrupamentos, que afirmam a necessidade de estabelecer diálogo com os de esquerda e encontrar uma plataforma para a falar em fusão vai um abismo». (José

no, a FSP considerou «utópicos esses boatos, o e contra revolucionários, já que um partido não tem flexão da vontade das massas populares e não se cria artificialmente». (António Vitorino). O MDP, através das declarações de Lindim afirmou que não quer contactos ou negociações entre os partidos, mas a prioridade do reforço de actividade das forças na defesa do processo revolucionário, ameaçado por forças várias, com a existência

norada a vitória do nazi-fascismo

RELAÇÃO da vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial tem à noite no Teatro S. Luís, numerosos membros do Conselho da Revolução, do Governo e de grupos nazi-fascistas integrando delegações nacionais e internacionais. Usando da palavra, o brigadeiro Vasco Gonçalves falou do sacrifício de milhões de portugueses na revolução portuguesa do pós-guerra, onde as libertações pelos povos europeus só chegaram na noite de 25 de Abril de 1974.

o, talvez apontou ainda para o preço, de guerra, que o povo português teve de pagar pela vitória e para a urgente necessidade de reconstrução económica. «Temos uma necessidade urgente de construir um aparelho produtivo sólido. O povo quer sobejas provas de que esse aparelho não será construído pelas classes privilegiadas mas sim ao serviço do povo».

Nova política de habitação

O MINISTÉRIO do equipamento Social e Ambiente nomeou uma comissão encarregada de elaborar as linhas de uma nova política habitacional urgente a aprovar pelo governo.

Integram a comissão representantes dos quatro partidos da coligação e um elemento do Ministério, que trabalharão com subgrupos de técnicos e especialistas a nomear pelo secretário de Estado da Habitação e Urbanismo sob indicação do ministério e dos partidos.

A comissão central ficará assim constituída: dr. Ataíde Ferreira (MESA), eng.º Aquilino Ribeiro (PS), dr. Meneres Pimentel (PPD), eng.º Esteves Vicente (PCP) e eng.º Dantas Ferreira (MDP/CDE).

Restabelecidos os júris nos tribunais

FORAM EMPOSSADOS pelo ministro Salgado Zenha os presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, juiz-conselheiro Almeida Borges e do Tribunal da Relação de Coimbra, corregedor Moreira da Fonseca.

Depois de salientar as dificuldades e responsabilidades das funções que assumem por eleição, o Ministro afirmou a importância do poder judicial e dos tribunais e a importância do papel da magistratura na construção da democracia em que o país se empenha e confirmou o restabelecimento dos júris, constituídos por simples cidadãos, como elemento de funcionamento nos tribunais.

Sousa, Marcelo Rebelo de

Uma cimeira, um aniversário e uma visita

Marcelo Rebelo de Sousa



TEM SIDO, frequentes na vida política portuguesa — e sobretudo no comportamento de alguns dos seus vectores essenciais — dois erros de perspectiva face ao processo revolucionário em curso: o primeiro é o de se pensar ser possível o desenvolvimento daquele processo contra ou à margem do Partido Comunista Português; o segundo é o de se crer na viabilidade de um processo socialista respeitador do pluralismo democrático se um só partido assumir (como, por vezes, tem pretendido fazer o PCP) o exclusivo do apoio ao MFA e o controle dominante de sectores-chave da sociedade portuguesa (subalternizando o papel de outras forças políticas).

O primeiro erro pode traduzir-se na ilusão de que é excludível de um movimento revolucionário um partido componente essencial, por natureza e pela posição adquirida, de todas as fases já percorridas desde o 25 de Abril de 1974 (para não falar no período anterior).

O segundo erro daria lugar às mais variadas consequências — das quais a menor não é o monolitismo tendencial do panorama político português.

Monolitismo que se torna mais visível em face dos resultados das eleições para a Constituinte, e, concretamente, do

peso eleitoral dos dois partidos mais votados.

Aliás, de um e de outro erro têm decorrido afrontamentos partidários, mesmo entre membros da coligação governativa, afrontamentos esses geradores de um corolário de extrema importância: no MFA tem-se acentuado a convicção de que há que superar rapidamente as lutas interpartidárias, apagando ou esbatendo o papel constituinte dos partidos legalizados e actuantes. Uma vez esta ideia surge associada à da formação de um novo agrupamento, apelidado de MFA civil, que funcionaria como partido unitário, em que convergiriam elementos dos partidos hoje existentes. Mas, na maioria dos casos, o que cresce no MFA é apenas um desencanto perante a trama das questões partidárias e um desejo da sua superação, prescindindo o Movimento de intermediários políticos nas suas relações com as massas populares.

Claro que os sectores em que germinam estas hipóteses estão conscientes dos seus riscos fundamentais: o reforço, a título não transitório, mas definitivo, de um regime militar, a que acresceria, no caso de vingar a sugestão do partido apoiante, a rigidez e os perigos de todo o sistema de partido único em

sociedade de transição, ainda a braços com problemas graves de subdesenvolvimento.

Por outro lado, um regime militar que prescindia do pluralismo partidário, e mesmo que mantenha raízes mergulhadas nas massas populares, consitui sempre um quadro estrutural sujeito às vicissitudes mais variadas. E uma dessas vicissitudes é a da alteração da linha programática dominante nas cúpulas de estrutura montada. É certo que a experiência mostra que este mal pode ser atenuado com uma democraticidade interna das Forças Armadas no poder, e com a sua constante formação política (veja-se, p. ex., o Peru e a Argélia). Mas, a prazo, a questão da opção ideológica pode recolocar-se, como, em certa medida, sucede agora no Peru acerca de certas facetas do destino do processo em curso. E a exclusão dos partidos da sua função de intermediação é tanto mais difícil quanto maior for a prova da sua actividade que se traduz na realização de eleições. Que não se esqueça que, neste particular, o processo português diferiu dos acima apontados, e a implantação dos partidos e a expressão eleitoral da sua influência são já factos consumados.

Uma cimeira positiva

Vem tudo o que fica dito a propósito da cimeira entre o PS e o PCP. Uma cimeira que teve de particularmente atractivo o verificar-se depois da vitória eleitoral clara do primeiro e dos atritos do 1.º de Maio.

O plano de fundo internacional (que não é nada despidendo) é conhecido: dirigentes políticos da Europa Ocidental ameaçaram com o adiamento da Conferência de Segurança Europeia no caso de prosseguir o que apelidam de "escalada" do PCP; dirigentes da NATO sobem de tom (e de calor) nas suas referências críticas a Portugal; os EUA—vencidos nas suas incursões imperialistas na Ásia—aparentam preocupar-se mais com a Europa e África; a URSS recebe Mitterrand e há dissensões localizadas sobre o caso português (que, de resto, não ensombra o acordo genérico verificado); e, por outro lado, da URSS regressa Octávio Pato, depois de conversações com o Partido Comunista Soviético.

Ao mesmo tempo, o pano de fundo nacional tem cambiantes plúrimas: um PCP tenta atenuar os efeitos das eleições de 25, ao mesmo tempo que joga, uma vez mais, na força da unicidade sindical; um PS tenta retirar dos resultados eleitorais o possível e o impossível. Para tanto força o confronto de dia 1 (que se sabia querido, noutro prisma, pelo PCP, e unifica a sua massa votante (heterogénea) nas manifestações anti-Intersindical (e no fundo anti-PCP) do dia 2. Tudo isto enquanto vai experimentando pequenos balões de ensaio em zonas até agora tidas por relativamente (não



muito) fortes do PCP. (p. ex. veja-se o caso da E.N. dentro dos órgãos de informação). Neste contexto, se verificou o convite do PCP ao PS para a "cimeira". Convite feito aliás, para a sede do PCP, que aventou como alternativa um local neutro, admitindo que o PS pudesse levantar obstáculos à ida à R. António Serpa. Mas, o PS acedeu sem problemas a esta deslocação.

Logo aí houve um investimento para o futuro.

Quanto aos pontos debatidos e à sua repercussão nacional, poderemos dizer que ambos os Partidos retiraram dividendos políticos das conversações.

O PS retirou, sobretudo, dividendos "internos". Na verdade, a sua posição foi a de

concordar na necessidade de uma alinça com o PCP, mas desde que... E o desde que abrangia a igualdade de relações com o PPD, as eleições para os sindicatos, as eleições para as autarquias locais, a alteração da tentativa dominante do PCP nos órgãos de informação...

Ou seja, o PS pôde apresentar-se (pela primeira vez?) em pé de igualdade em termos de poder de negociação.

Mas, o PCP retirou largos dividendos "externos". A cobertura dada pelos órgãos de informação correspondeu à ideia de uma fácil superação de divergências, de uma aproximação do PS do PCP e não o contrário, de uma passo significativo reforçante de deduções matemáticas eleitorais adicionais dos votos de ambos os partidos (como, sugestivamente, titulava o nosso colega "Diário de Notícias" a "esquerda soma-se à esquerda").

Como é natural, os dirigentes do PS aperceberam-se de uma certa estupefacção que se transformava em surpresa de muitas bases perante a cobertura jornalística da "cimeira". Daí decerto, a rapidez com que se seguiu uma conferência de imprensa de esclarecimento.

Uma conferência de imprensa em que ficaram claras as posições do PS, mas em que Soares não resistiu à tentação de tentar apagar algum exagero que certos observadores pudessem ter visto na presteza com que alinhara na cimeira, com outro exagero, sobretudo nos ataques abertos que desferiu ao PCP (ainda que por interposta pessoa). O mesmo PCP, com quem se encontrara dias antes. A dúvida suscitada, foi a de saber se por detrás dessa virulência existe uma força não só eleitoral, mas revolucionária do PS, ou se Soares joga numa hábil (e cautelosa) oscilação entre as "declarações de amor" e as "sovas ostensivas" no PCP.

Talvez seja um novo estilo da vida política portuguesa: a dialéctica permanente e recíproca nas relações entre estes dois partidos.

No seu todo, porém, a "cimeira" foi positiva. Abriu um tempo, que poderá (deverá) ser de decompressão política e de atenção prioritária à situação económica e social do País.

Um ano depois

O leitor perguntará o que é feito do PPD perante aquilo que acima escrevemos. É uma pergunta tanto mais legítima quanto parece ter resultado líquido da "cimeira" PCP-PS o que era considerado provável: que a posição do PPD no Governo de coligação não oferece dúvidas.

Ora, precisamente, o PPD festejou na semana que passou o seu 1.º Aniversário (festejos esses que terminam amanhã no Estádio 1.º de Maio).

Vale a pena fazer uma rápida retrospectiva do Partido e, depois, enumerar os maiores problemas com que hoje se deve defrontar.

Aparecido a 6 de Maio de 1974, o PPD vive a primeira fase da sua existência até meados de Julho. Com dois dos seus fundadores no Governo, esta fase pouco mais é do que um período de formação. Não se pode dizer mesmo que nele haja uma implantação regional significativa. Do ponto de vista doutrinário, é um período de fraca elaboração. A parte as Linhas Programáticas — muito gerais — e o Programa Agrário, são raras as tomadas de posição pública do Partido. Digamos que ele é um "tolerado governativo", em homenagem a uma certa correlação de forças pós-25 de Abril.

De meados de Julho a meados de Outubro, o PPD dá um salto importante (internamente com a regionalização, externamente com as deslocações de Sá Carneiro). A saída de Sá Carneiro do Governo permite-lhe um papel organizativo de relevo na orgânica do Partido, ao mesmo tempo que se verificam apreciáveis relações de cooperação com os demais partidos membros da coligação. É ainda um período de escassa divulgação doutrinária, mas de crescimento numérico acelerado do partido.

Com a conferência de imprensa de 18 de Outubro (em que é divulgado um dos documentos



mais importantes da sua curtíssima existência), inicia-se uma fase chave. O PPD clarifica as suas opções políticas, económicas e sociais, e organiza o 1.º Congresso em que vence uma linha programática de esquerda, embora com uma equipa directiva de compromisso. Este período encerra-se no fim de 74; começo de 75. Em termos de implantação, o PPD é já então um partido de expressão nacional.

Em Janeiro de 75, começa a quarta fase que duraria cerca de dois meses, que apelidaríamos de "relativa desorientação interna".

Sá Carneiro cai doente e o lugar de Secretário-Geral não é preenchido. A crise da unicidade sindical põe à prova o PPD, que actua com hesitação e até flutuações na sua posição política.

Sendo o documento mais importante divulgado em 75 pelo Partido, o longo comunicado da Comissão Política Nacional de 26 de Janeiro é objecto de dúvidas interpretativas de muitas bases quanto às futuras relações com o PCP.

Gera-se, assim, uma polarização num dos pontos do documento, secundarizando-o nas suas linhas gerais. Em qualquer caso, embora o partido continue a crescer numericamente, e inicie o trabalho por sectores socioprofissionais, é neste período que perde a liderança "eleitoral" em favor do PS. Ao mesmo tempo, o Partido não assume suficientemente a sua dimensão de componente de um processo revolucionário.

A quinta fase durou do início da campanha eleitoral até ao momento. O PPD aparenta maior lógica de actuação, correspondendo a um certo concerto estrutural interno. Doutrinariamente, é um período de tomadas frequentes de posições, muitas vezes de fundo. As massas aderentes, em muitos pontos do País, transformam-se de passivamente filiados em activamente militantes, apesar dos ataques e do clima genérico desfavorável que rodeia a acção do PPD.

Em plena campanha eleitoral, primeiro em discurso, depois em entrevista, Francisco Pinto Balsemão antecipa projectos para o pós-eleições, que correspondem a uma nova estratégia do Partido — estratégia eleitoral e mais preocupada com a sua função de apoio ao MFA no processo revolucionário em curso.

Vejam as questões que se colocam para o futuro:

1.ª — Elaboração de um Programa de Governo que concretize e adapte à conjuntura futura próxima o Programa geral do Partido;

2.ª — Demonstração concreta pelo PPD de que a era social-democrática não foi ultrapassada, demonstração tanto mais necessária quanto em várias instâncias do MFA opinião prevalescente é a contrária.

3.ª — Reformulação da estratégia do Partido, com prioridade para actuações como o apoio ao MFA, e a presença clara em autarquias locais, órgão de informação e o maior número de sectores produtivos;

4.ª — Funcionalização da sua estrutura interna;

5.ª — Preenchimento do vácuo sensível do Secretário-Geral, quer pelo regresso de Sá Carneiro, quer pela designação de novo titular.

A experiência dirá se e como o PPD, avançará nestas e noutras pistas, e, como resultado, qual o peso que alcançará no xadrez político português, fazendo-se impor (ou não) como um elemento essencial do processo revolucionário.

Uma visita ao estrangeiro

Finalmente, o terceiro facto relevante da semana que finda foi a divulgação da próxima deslocação do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, à Conferência dos Chefes de Estado dos países membros da NATO em Bruxelas.

A primeira hipótese posta a circular dava como certo em Bruxelas o próprio Presidente da República general Costa Gomes. Mas depois, surgiu a notícia da sua substituição pelo Primeiro-Ministro.

Qual o porquê desta mutação, tratando-se como se trata, de uma reunião de Chefes de Estado, tanto mais que se anuncia as idas de Costa Gomes a Paris e a Bucarest em Junho?

Os observadores políticos aventam, entre várias outras os seguintes fundamentos: — por um lado, Vasco Gonçalves, mais directamente ligado à experiência governativa do que Costa Gomes poderá expor de forma conclusiva a linha política em curso:

— por outro lado o contacto imediato com as análises passadas e perspectivas de dirigentes de países membros da NATO permite ao Primeiro-Ministro colher, por experiência própria a reacção daqueles dirigentes e países em relação a Portugal. E, obviamente transmiti-la às entidades competentes.



Claro que Vasco Gonçalves encontra-se, de momento a braços, com problemas prementes como o entendimento partidário, o surto grevista e as medidas mais urgentes de política económica; o que lhe deve criar dificuldades à disponibilidade de tempo para a viagem a Bruxelas.

E a tentação do Primeiro-Ministro deverá, portanto, ser a de subdelegar a representação portuguesa num membro do Governo qualificado para o efeito, do género do Ministro da Defesa Nacional.

Mas, ao mesmo tempo, Vasco Gonçalves não ignora as interpretações especulativas a que se prestaria a sua ausência, somada à de Costa Gomes, particularmente no actual momento da posição da NATO em relação

a Portugal. — Há ausências que são mais importantes do que certas presenças...

De qualquer modo, o saldo final das idas oficiais a Bruxelas, Paris e Bucarest deve ser conclusivo do teor das relações externas definidas pelo nosso país, o que se liga estreitamente à evolução do processo político interno.

Para já, a vinda a Lisboa de Kaunda ultrapassou todas as expectativas, e inseriu-se, em plena lógica, na abertura atenta ao 3.º Mundo. E, neste sentido, é de destacar a actuação do Ministro Melo Antunes.

Mas, como é sabido, as movimentações dos grandes blocos geoestratégicos serão sobretudo sensíveis nas visitas que se seguem, em que se soma às acima enumeradas a estadia de Melo Antunes na República da Alemanha Federal.

Entretanto, em Washington, Correia Jesuino explica aos políticos, à informação e à opinião pública americana o que é, e o que se propõe experiência política, social e económica portuguesa.

E, enquanto Carlucci recolhe "in loco" instruções de Kissinger, e Kalinin comemora com projecção a derrota do nazismo-fascismo, os portugueses continuam a acreditar que a expressão "política" externa de independência nacional é mais do que um chavão...

Os encontrões na economia portuguesa

NO DISCURSO que proferiu no decurso da cerimónia comemorativa do fim da II Guerra Mundial, o brig. Vasco Gonçalves afirmou que «uma revolução, por mais pura que seja a linha teórica, não sobrevive à completa degradação económica». E acentuou: «particularmente, a economia portuguesa não comporta mais encontrões».

O êxito da revolução portuguesa pode, na verdade, ser derrubado pela crise económica. O que tem havido de originalidade e de positivo em Portugal é a manutenção de um equilíbrio (nem sempre justo, quase sempre instável) entre três forças: o MFA, o povo e os partidos. Embora o poder real e legal do MFA seja superior, não se pode dizer que vivamos em ditadura militar, porque os partidos funcionam e intervêm e porque o povo tem liberdade para lutar e impor as suas soluções. Embora os partidos tenham saído reforçados e legitimados das eleições, não se pode dizer que vivemos em democracia parlamentar, porque há o MFA (e o pacto) e a vontade popular ultrapassa constantemente os quadros formais da democracia de tipo ocidental. Embora o povo siga em muitos casos à frente do MFA e dos partidos, derogando inclusivamente leis promulgadas depois do 25 de Abril, não se pode dizer que vivemos em permanente anarco-populismo porque existem a autoridade do MFA e a representatividade dos partidos.

Este difícil equilíbrio de três forças não obrigatoriamente opostas ou concorrentes tem permitido dinamizar as transformações de que a sociedade portuguesa carece, de modo muitas vezes atabalhoado e ineficiente, mas, sem dúvida, com rapidez e empenhamento.

Para que a revolução prossiga, para que não páre a meio nem seja desviada, é, no entanto, fundamental, que a economia funcione. E a economia não está a funcionar. Inflação e desemprego, decréscimo das receitas turísticas e das remessas dos emigrantes, falta de produtividade a todos os níveis e emagrecimento das reservas são seis factos indesmentíveis, embora um tanto abstractos.

Num plano mais concreto, são as queixas das donas de casa, as empresas sem saberem como vão pagar os ordenados ao fim do mês, os rumores de racionamento de gasolina e bens alimentares (e os consequentes açambarcamentos, nos lares onde há capacidade financeira para os fazer), as aflições (quando não a fome) de desempregados e reformados, os cancelamentos das reservas em hotéis, etc.

De nada serve ignorar que o dia a dia de um número crescente de portugueses se torna insustentável; convém, pelo contrário, acentuar que são precisamente as classes mais desfavorecidas, aquelas que — e muito bem — o Programa do MFA quer proteger, as mais atingidas. É, agora, antes que a crise rebente em toda a sua extensão e gravidade, que devemos alertar quem governa para os perigos e o artificialismo em que a economia portuguesa se encontra (perigos que, como é óbvio, não são apenas económicos, mas também sociais e políticos — não há sempre um Pinochet desconhecido que espera por nós?).

É certo que se partiu de muito baixo, que muitas das dificuldades já existiam antes do 25 de Abril ou se relacionam com a crise económica mundial. Mas não se pode por isso deixar de denunciar a falta de eficiência dos responsáveis do actual regime, tal como não deve desculpar-se o pouco que se tem trabalhado neste país nos últimos meses.

A economia portuguesa não comporta, de facto, mais encontrões, como disse o primeiro ministro.

Mais do que isso, a economia precisa de soluções urgentes, de emergência, práticas impopulares, se necessário. As palavras e os decretos não chegam. Do que precisamos, sem mais delongas, sem mais adiamentos políticos, é de acção esclarecida, concreta e justa. Somos 9 milhões, todos interessados em que o país vá para a frente e não é disfarçando uma situação grave nem discriminando entre todos os que queiram colaborar que a revolução poderá prosseguir.

Não é também dando encontrões, pelo prazer ou pela necessidade de abanar, nem evitando, por ambição política, a sedimentação do que já foi amplamente sacudido que Portugal será o país que os portugueses, sempre que democraticamente consultados, mostraram desejar ter.

Sousa, Alfredo; Ferreira, Eurico

Eleições e linha de rumo:

um depoimento

Alfredo Sousa/Eurico Ferreira

ESTAS eleições revestiram-se de um significado especial, pois se tratou de uma autêntica comemoração do aniversário do 25 de Abril de 1974; dia em que tantas esperanças se levantaram no coração dos portugueses.

E mostrou igualmente como o Povo Português quis participar (8,3% de abstenções) e como quis exprimir a sua opinião (6,9% de votos em branco ou nulos) tal como o pedia o Senhor Presidente da República na sua alocução ao País no dia 24. O Povo mostrou firmemente, contra os que o caluniavam ou lançavam insinuações, que está preparado e consciente para a Democracia pluralista. Mostrou a sua vontade. Vontade que deve ser respeitada por todos, mesmo pelos que se julgam mais iluminados.

1. Factos e lições evidentes

1.1 — Desta manifestação de vontade, apurada em resultados provisórios ainda, mas pouco modificáveis, pode retirar-se já um conjunto de conclusões:

a) Torna-se evidente que, de acordo com os programas e com os termos da campanha eleitoral reiteradamente repetidos, e olhando os resultados conjuntos do P.S. e do P.P.D., o Povo escolheu, na sua grande e expressiva maioria, a via democrática e em liberdade para o Socialismo.

b) É claro também o repúdio dos extremismos pois todos eles tiveram uma expressão insignificante no País inteiro ou mesmo nula em algumas regiões.

c) É manifesto igualmente a pouca aceitação do comunismo no País, apesar da formidável

campanha levada a efeito e dos poderosos meios disponíveis. Isto, mesmo que se adicionem aos resultados do P.C. os votos obtidos pelo M.D.P. Significativo ainda, que o P.C. tivesse ficado à frente do P.S. apenas em um distrito do próprio Alentejo e atrás do P.P.D. e do P.S. em Leiria e Porto.

d) É patente a baixa representatividade do M.D.P., cujos resultados foram muitos fracos, mesmo em Lisboa.

1.2. — Passando a um exame mais detalhado verifica-se que:

— Nas áreas urbanas (Lisboa e Porto, principalmente) onde habita a média e alta burguesia, a votação do P.S. foi muito elevada. Muito provavelmente isto significa que um potencial eleitorado de outros partidos se deslocou para o P.S., ao qual considerou mais forte e mais apoiado pelas democracias europeias do que o P.P.D. podendo assim conter eficazmente o comunismo. Poderá considerar-se como reflexo de "votar útil".

— No Algarve e no Alentejo, as elevadas votações do P.S. que excederam os resultados previsíveis três semanas antes, parecem reflectir e dever-se em parte à acção pessoal de Mário Soares e às suas deslocações.

— Ao contrário, o P.P.D. sofreu claramente da ausência do seu Secretário-Geral, detectável nomeadamente pelos resultados obtidos no distrito do Porto.

— A percentagem de votos em branco ou nulos foi muito semelhante e baixa nas diferentes regiões do País, visitadas ou não pelas Campanhas de Dinamização.

2. Problemas e realidades

Destas conclusões retiradas dos dados provisórios conhecidos

parece possível pôr já algumas hipóteses sobre o futuro próximo em Portugal.

2.1. — Convém recordar, antes de mais, que simultaneamente com situações de grande injustiça, defrontamos uma grave situação económica. Esta situação é visível pelo aumento de desemprego, com cerca de 300 mil desempregados estimados em Abril cerca de 9% da força de trabalho, pela estagnação actual do investimento (diminuiu de 4% em 1974); pela diminuição das reservas de divisas estrangeiras a um ritmo de 2 milhões de contos mensais que se arrisca a subir (menores entradas e maiores saídas); pela inflação forte nestes primeiros 3 meses de 1975, nomeadamente nos bens alimentares; pela carência de liquidez nas empresas (algumas em falência técnica) a carência de liquidez na banca comercial (estagnação dos depósitos) que continua sendo alimentada pela emissão da moeda pelo Banco Central servindo grande parte do crédito concedido, a juro já elevado, para pagar salários e despesas correntes nas empresas, etc. Tópicos breves que resumem uma situação inequivocamente grave. Vivemos acima dos nossos recursos, comendo (literalmente) das reservas, facto que não pode ser evitado apenas pelo corte de consumos considerados supérfluos pois a poupança aí possível não parece poder ultrapassar os 5 milhões de contos anuais, a não ser que o apertão de cinto seja muito forte.

2.2. — A solução mais razoável está em aumentar o investimento e, com ele o nível de emprego e aumentar a produção. E isto não se consegue com demagogias nem

3. A linha de rumo e a vontade do Povo

com passes mágicos do tira aqui e põe ali, nem tão-pouco com a criação de um clima de "denuncite" aguda ou de "sanite" arbitrária. É preciso dizer claramente que nesse clima a situação se agrava, como já o temos afirmado e a evolução o comprova, infelizmente.

No processo de transformações sociais e económicas em que estamos empenhados, é necessário meditar que cada passo tem de ser medido com ponderação, sem fazer perder a confiança, a capacidade de trabalho e a iniciativa aos cidadãos. O processo deve ser feito em progresso e não em retrocesso do nível de vida e da solução dos problemas concretos dos portugueses.

Claro que não podemos esperar 30 anos para resolver esses problemas, porque também já se viu a evidência na história que nem quase 60 chegaram para obter metade do que se alcançou em 30. É que não podemos sacrificar alegremente uma ou duas gerações de portugueses (em termos de nível de vida e em termos de liberdades democráticas) em nome de uma terra prometida mas só prometida. Esquecer isto é demagogia obtusa de quem se interessa mais pela fidelidade a um dogma ultrapassado do que pelas necessidades e pelo aperfeiçoamento dos homens e da sociedade.

2.3. — A via tem de ser a de ocorrer a esses problemas com o mínimo de sacrifícios, com transformações progressivas, democráticas e pacíficas. Há formas de actuar para diminuir esses problemas se eles fossem mais cuidadosamente estudados e atacados e houvesse menos preocupação de alcançar certo poder. A igualdade desejável não é a que nivela por baixo, mas a que promove todos, principalmente os mais desfavorecidos e sem perda das liberdades fundamentais. Só assim se concilia o Socialismo com a Democracia, que é o essencial do empenho do Programa do M.F.A.

3.1. — Olhando o actual panorama das forças políticas nacionais (onde o Conselho da Revolução se atribuiu um papel essencial) emergentes dos resultados da vontade popular — que todas mas todas as forças políticas devem respeitar e acatar... ou então renegam-se a si próprios como democráticos, qualquer que seja a desculpa ou pretexto — verifica-se facilmente que esses resultados parecem apontar precisamente para o caminho mais justo e mais equilibrado.

Esse caminho é o que resultaria da conjugação dos esforços e da força do P.S. e do P.P.D., em torno daquele Programa, com as Forças Armadas. Intuitivamente, com aquela intuição secular de que nos falou no dia 24 o Presidente da República, o Povo Português verificou que eram esses partidos — cujas linhas programáticas se aproximam — que melhor serviam e se ajustavam aos fins consignados no Programa do M.F.A., a que ele próprio espontaneamente aderiu logo após o 25 de Abril.

Não se pode fechar os olhos a estas realidades e factos evidentes ou menosprezar essa vontade exprimida por dois terços da população. Há que seguir essa vontade, e renunciar aos dirigismos ou ao populismo, que tendem facilmente ou para a ditadura ou pelo menos para o caciquismo à escala nacional.

3.2. — Só seguindo esta orientação política, conforme a votação popular, se pode realizar a transformação progressiva da nossa sociedade para o Socialismo democrático e em liberdade. De outra forma, está-se a ignorar (e em nome de quê?) a vontade popular e arriscarmo-nos à catástrofe ou às soluções forçadas.

Só assim se não trairá o eleitorado e se conseguirá a retoma da confiança dos cidadãos e a sua concordia que são bases fundamentais para a batalha da produção e da justiça social.

Só assim é que o mundo, que nos observa, nos pode acreditar, respeitar e cooperar com confiança no nosso esforço de progresso e marcha em frente, porque não podemos ficar outra vez orgulhosamente sós... é bom lembrar. E quando escrevemos nós queremos significar que somos de facto todos nós, seja qual for a forma como nos vestimos pois esse é o Povo que se exprimiu livremente nas eleições.

De outra forma não seriam bem compreendidas as eleições nem fora nem dentro. Os programas desses dois partidos são bem claros e são compromissos públicos. Não há que inventar "receios" de ambiguidades entre práticas e ideias, só porque as ideias não coincidem com as de quem inventa esses «receios».

3.3 — A linha lançada nos dois 25 de Abril parece bem clara. O comboio está em marcha. Mas é necessário que ele não descarrile por afastamento da linha traçada. As exaltações ou excitações, nem muito menos os rancores, não podem comprometer o nosso futuro que desejariamos com progresso, em paz e em verdadeira democracia, não só política mas também social e económica.

Talvez falte a alguns a humildade e a paciência, virtudes indispensáveis de quem quer construir com realismo e deseja que o 25 de Abril de 1974 entre realmente na História como uma revolução democrática. Ora o descuido dessas virtudes, o desejo de estar na moda e a insistência das pressões dos que a si se dizem mais radicais, leva a cometer erros fatais, de que temos exemplos na história contemporânea e que conviria evitarmos.

Assim pensamos. Assim nos exprimimos, sempre com a mesma vontade de contribuir para a construção do Portugal renovado.